

Perfil Escolar das Comunidades Ciganas 2018/19: Análise de dados

Maria José Casa-Nova
Inês Aydin
Liliana Moreira

Observatório das Comunidades Ciganas (ObCig)

Os dados estatísticos analisados nesta publicação apresentam alguns indicadores sobre a caracterização e situação escolar dos alunos e das alunas das comunidades ciganas matriculados, no ano letivo de 2018/2019, em escolas públicas do Ministério da Educação (ME), geograficamente localizadas no Continente, tendo por base a recolha realizada pela Direção-Geral de Educação (DGE), em articulação com a Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência (DGEEC), no âmbito da Estratégia Nacional para a Integração das Comunidades Ciganas. Os dados são animadores relativamente ao número total de crianças na Educação Pré-escolar e de alunos/as das comunidades ciganas apurado (25 140) e às taxas de aproveitamento globalmente consideradas, no ano letivo de 2018/19, revelando, no entanto, assimetrias significativas por Região a nível do abandono escolar e das taxas de retenção. As raparigas são também aquelas que continuam a apresentar taxas de abandono sistematicamente mais elevadas. No que diz respeito à evolução da frequência pelos diferentes níveis de ensino, o “funil” continua também muito forte, com o Ensino Secundário persistentemente a apresentar uma taxa de frequência muito baixa.

Índice

Notas introdutórias e metodológicas	2
Sumário	3
1. Caracterização das Escolas Públicas do MEdu que responderam	4
2. Alunas e alunos matriculados em escolas públicas do MEdu	4
2.1. Alunas e alunos matriculados em escolas públicas do MEdu: Educação Pré-Escolar	8
2.2. Alunas e alunos matriculados em escolas públicas do MEdu: Apoios Socioeconómicos	8
2.3. Alunas e alunos matriculados em escolas públicas do MEdu: Atividades de Enriquecimento Curricular	9
3. Retenção escolar das alunas e dos alunos matriculados no ano letivo de 2018/19 em escolas públicas do MEdu	9
3.1. Retenção escolar anterior das alunas e dos alunos matriculados no ano letivo de 2018/19 em escolas públicas do MEdu	10
4. Aproveitamento escolar das alunas e dos alunos matriculados em escolas públicas do MEdu	13
5. Abandono escolar	14
6. Alunas e alunos transferidos	15
7. Comparando dados absolutos da população cigana com o número de alunas e alunos, por NUTS II e por Distrito	16

Contactos: Alto Comissariado para as Migrações, I.P.

Rua Angelina Vidal, n.º 41, Piso 1
1199-005 Lisboa
Tel.: (+351) 218106145
Fax: (+351) 218106117

Avenida de França, 316, Edifício Capitólio
4050-276 Porto
Tel.: (+351) 222073815

E-mail: obcig@acm.gov.pt

Sítio eletrónico: <https://www.obcig.acm.gov.pt>

Notas introdutórias e metodológicas¹

01. Os dados aqui analisados apresentam alguns indicadores sobre a caracterização e situação escolar dos alunos e das alunas das comunidades ciganas matriculados, no ano letivo de 2018/2019, em escolas públicas do Ministério da Educação (ME), geograficamente localizadas no Continente. Estes dados foram recolhidos, através de um questionário eletrónico aplicado pela Direção-Geral de Educação (DGE), em articulação com a Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência (DGEEC), no âmbito da Estratégia Nacional para a Integração das Comunidades Ciganas. Os dados foram recolhidos de forma agregada e anonimizada.

02. Para uma melhor compreensão da situação num *continuum* temporal, surgirão algumas análises numa perspetiva comparada com os dados escolares relativos ao ano letivo de 2016/2017². No entanto, salva-guarda-se o facto de, no ano letivo de 2016/17, a taxa de resposta ter sido de 70% dos Agrupamentos e das escolas não agrupadas e, no ano letivo de 2018/19, terem respondido 99% dos mesmos. Neste sentido, é necessária alguma reserva quando se comparam os valores absolutos dos dois anos letivos, pelo que privilegiar-se-á, sempre que possível, a apresentação dos dados recolhidos na primeira edição apenas em termos percentuais.

03. Para conhecimento, pelo facto de a recolha de informação sobre a origem étnica ser dotada de uma especial sensibilidade, a DGE solicitou um parecer junto da Comissão Nacional de Proteção de Dados (CNPD), a qual deu a seguinte resposta: “[...]na medida em que a informação é registada e transmitida pelos Agrupamentos de Escolas/Escolas não agrupadas sem identificação dos titulares da informação, por referência aos números totais de alunos que por ciclo/nível de ensino têm tais características étnicas, de forma agregada, portanto, sem que os titulares dos dados sejam suscetíveis de identificação, não se verifica um tratamento de dados pessoais em sentido próprio, de acordo com as alíneas a) e b) do artigo 3.º da Lei n.º67/98, de 26 de outubro, alterada pela Lei n.º103/2015, de 24 de agosto - Lei de Proteção de Dados Pessoais. Nestes termos, desde que a informação seja registada e agregada nestas condições e para este fim e a origem étnica dos alunos não seja inscrita na ficha do aluno, a CNPD nada tem a opor ao referido estudo.”

04. Após a apresentação de um sumário da FactSheet, esta seguirá a lógica de apresentação dos dados estatísticos do documento de análise descritiva da DGEEC.

¹ A presente FactSheet resulta do Relatório elaborado em 2021 pelo Observatório das Comunidades Ciganas relativo aos dados estatísticos sobre a escolarização de crianças e jovens ciganos/as divulgados pela DGE/DGEEC nesse mesmo ano.

² Casa-Nova, Maria José (2018). “Formar um povo ou educar uma elite?” *Newsletter OBCIG*, julho de 2018, pp. 1-5.

Sumário

No ano letivo de 2018/19 a quase totalidade dos Agrupamentos de Escolas e Escolas não Agrupadas públicas de Portugal Continental respondeu ao questionário eletrónico aplicado pela DGE em articulação com a DGEEC (98,9%), sendo que o número total de crianças na Educação Pré-escolar e de alunos/as das comunidades ciganas apurado foi de 25 140. A distribuição destes alunos pelos diferentes níveis de ensino é a que se segue: 2 570 alunos (10,2%) frequentava a Educação Pré-escolar, 21 919 (87,2%) o Ensino Básico (sendo que 44,3% frequentava o 1º ciclo) e 651 (2,6%) o Ensino Secundário. É na Região Norte que se encontra 40,3% do total dos alunos das comunidades ciganas matriculados, seguido da Área Metropolitana de Lisboa (AML), com 21%, sendo que os três Distritos com mais alunos são, por esta ordem: Braga (4257 alunos), Porto (3912 alunos) e Lisboa (3705 alunos). A Região Norte é a região com a frequência mais elevada do Ensino Secundário (4,2%) e o Porto o Distrito com mais alunos matriculados neste nível de ensino (318 alunos), sendo que 38% dos alunos do Ensino Secundário frequenta Cursos Profissionais. Globalmente com taxas de retenção escolar altas, no que diz respeito ao Ensino Básico, as Regiões Norte e Centro apresentam uma retenção substancialmente mais baixa (9,4% e 13,5%, respetivamente) do que a AML, o Alentejo e o Algarve (23,6%, 22,5% e 22%, respetivamente). No Ensino Secundário os resultados invertem-se para a AML e para o Alentejo, sendo estas as regiões com a taxa mais reduzida de retenção escolar (com 6,5% e 4,2%, respetivamente). As Regiões do Algarve e Centro registam as taxas mais elevadas de retenção neste nível de ensino (20% e 18,5%, respetivamente). No Ensino Básico, a Região Norte destaca-se por ter a taxa mais elevada de alunos das comunidades ciganas sem retenção escolar (76%). Ao contrário, a AML é a região com a taxa mais baixa de alunos sem retenção no Ensino Básico, com 49,8%. As taxas de aproveitamento cresceram exponencialmente entre os anos letivos de 2016/17 e 2018/19. No Ensino Básico de 56% para 76,4% e no Ensino Secundário de 64% para 75,4%, respetivamente. No Ensino Básico, a taxa de abandono escolar cresceu de 5,9% em 2016/17 para 8% em 2018/19 e, no Ensino Secundário, a taxa de abandono escolar cresceu de 5,6% em 2016/17 para 11,9% em 2018/19. Importa, no entanto, salvaguardar a taxa substancialmente menor de respostas no ano letivo de 2016/17. A Região Norte apresenta a menor taxa de abandono no Ensino Básico, com 3,3%, e a AML a taxa de abandono mais elevada, com 15,8%. No Ensino Secundário é também a Região Norte que regista a taxa de abandono mais reduzida (5,7%) e o Alentejo a taxa de abandono mais elevada (50%). Em termos de Distrito, as taxas de abandono no Ensino Básico mais elevadas registam-se, por ordem decrescente, em: Setúbal (17,8%); Santarém (16,3%); Guarda (16%); Lisboa (14,6%); Portalegre (13,9%). E as taxas de abandono mais reduzidas em: Braga (1,2%); Coimbra (3,1%); Viana de Castelo (3,4%); Aveiro (3,5%); Vila Real (4%). Globalmente, as taxas de abandono escolar em todos os níveis de ensino são superiores nas raparigas por comparação com os rapazes.

Face às elevadas taxas de insucesso registadas na AML e nas Regiões do Alentejo e Algarve, sugere-se a realização de estudos de caso que permitam conhecer e compreender as razões subjacentes a este problema social.

Dada a incoerência entre o número total de alunos apurado (25 140) e o total de pessoas ciganas apurado nos estudos do Observatório das Comunidades Ciganas (ObCig) (37 089) e do Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana (IHRU) (37 346), sugere-se aplicação de um novo questionário aos municípios.

1. Caracterização das Escolas Públicas do MEdu que responderam

No ano letivo de 2016/17, 30,4% das escolas públicas inquiridas pelo MEdu não respondeu ao inquérito, tendo sido a taxa de resposta de 69,7%. Já no ano letivo de 2018/19 apenas 1,1% não o fez, perfazendo uma taxa de resposta de 98,9%. Ou seja, neste último ano, a resposta da quase totalidade dos Agrupamentos e Escolas não Agrupadas permite ter uma caracterização muito mais completa e fiável comparativamente aos dados recolhidos no ano letivo de 2016/17.

Em termos absolutos, no ano letivo de 2018/19 é na Região Norte (NUTS II) que se encontra mais escolas com alunos das comunidades ciganas (185 escolas) que responderam ao inquérito, seguida da AML (140), das Regiões Centro (133), do Alentejo (74) e, por fim, do Algarve (33). Em relação ao ano letivo de 2016/17, é na Região Norte e na AML que a taxa de resposta da totalidade das escolas (com ou sem alunos das comunidades ciganas) ao questionário da DGEEC é bastante superior no ano mais recente em estudo: enquanto no ano letivo de 2016/17 na Região Norte apenas 66% das escolas respondeu, no ano letivo de 2018/19 este valor subiu para 99,3%. Na AML no primeiro ano essa taxa foi de 54% e no ano mais recente esta subiu para 97,5%. Estes dados reiteram a maior fiabilidade dos dados de 2018/19, nomeadamente nas regiões com mais escolas com alunos das comunidades ciganas.

2. Alunas e alunos matriculados em escolas públicas do MEdu

O número total de alunos das comunidades ciganas matriculados na Educação Pré-escolar e nas escolas públicas no ano letivo de 2018/19 é 25 140. Destes, 2 570 alunos encontram-se na Educação Pré-escolar (10,2%); 21 919 no Ensino Básico (87,2%), sendo que é no 1º ciclo que se encontra a maioria destes alunos: 44,3% (11 138), seguido do 2º ciclo com 24,3% (6 097) e 3º ciclo com 18,6% (4 684). E, por fim, 651 alunos no Ensino Secundário, o que representa 2,6% do universo dos alunos das comunidades ciganas.

Em termos relativos e comparativos, a distribuição de alunos das comunidades ciganas nos vários níveis de ensino não é muito díspar do ano letivo de 2016/17 para o ano letivo de 2018/19, sobretudo no

Ensino Secundário, diferindo apenas 0,6 pontos percentuais. Isto é, no ano letivo de 2018/19, 2,6% do total dos alunos das comunidades ciganas frequentava este nível de ensino, enquanto no ano letivo de 2016/17 esta percentagem era de 2%. O Ensino Secundário continua assim em 2018/19 a apresentar uma taxa de frequência muito baixa, correspondendo, como referido anteriormente, a 651 alunos num universo de 25 140 crianças e jovens.

No Ensino Básico, nomeadamente no 3º ciclo, regista-se um crescimento de frequência de quase 5 pontos percentuais do ano letivo de 2016/17 (13,9%) para o ano letivo de 2018/19 (18,6%). Já na Educação Pré-escolar inverte-se a ordem: no ano letivo de 2016/17 a frequência era de 15% do total de crianças e jovens, e no ano letivo de 2018/19, aquela percentagem reduz-se para 10%.

ObCig Observações

Com estes dados, pode-se assim notar que, comparando os dois períodos analisados, houve uma transição positiva do universo dos estudantes das comunidades ciganas para o nível de ensino mais elevado do Ensino Básico (3º ciclo), mas que essa transição não foi consequente e/ou suficiente para o ensino secundário.

Quadro 1. N.º total e percentual de alunos das comunidades ciganas matriculados em escolas públicas do MEdu, por NUTS II, nível de ensino, 2018/19

Nível de ensino NUTS II	Educação Pré-Escolar (n e % linha)	Ensino Básico (n e % linha)	Ensino Secun- dário (n e % linha)	Total (n e % coluna)
Norte	663 (6,5%)	9 030 (89,2%)	430 (4,2%)	10 123 (40,3%)
Centro	696 (14,6%)	3 980 (83,3%)	102 (2,1%)	4 778 (19%)
Área Metropolitana de Lisboa	598 (11,2%)	4 639 (87,4%)	65 (1,2%)	5 302 (21%)
Alentejo	461 (12,2%)	3 266 (87%)	26 (0,7%)	3 753 (15%)
Algarve	152 (12,8%)	1 004 (84,8%)	28 (2,4%)	1 184 (4,7%)
Total	2 570 (10,2%)	21 919 (87,2%)	651 (2,6%)	25 140

Fonte: DGEEC - Questionário no âmbito da Estratégia Nacional para a Integração das Comunidades Ciganas (2018/19)

É na Região Norte (NUTS II) que se encontra quase metade dos alunos matriculados em escolas públicas (40,3%), correspondente a 10 123 alunos, seguida, com uma diferença de quase 20 pontos percentuais, da AML (21%, 5 302 alunos), da Região Centro (19%, 4 778 alunos), Alentejo (15%, 3 753 alunos) e, por fim, Algarve (4,7%, 1 184 alunos) (Quadro 1). Os três primeiros Distritos que surgem com mais alunos/as das comunidades ciganas são assim, por ordem decrescente: Braga, com 4 257 alunos (correspondentes a 16,9%

do total); Porto, com 3 912 (15,6% do total); e Lisboa, com 3 705 alunos (14,7% do total). E com menos alunos: Viseu, com 538 alunos (2,1% do total); Coimbra, com 450 (1,9%); Viana do Castelo, com 222 alunos (0,9% do total).

Salienta-se o facto de a Região Norte se destacar como a região com uma percentagem mais elevada no Ensino Secundário, com 4,2% dos alunos das comunidades ciganas a frequentar este nível de ensino (relembramos que a frequência média é de 2,6% em todo o continente). Em contrapartida, é a região com menos frequência na Educação Pré-escolar, elevando-se a 6,5% dos alunos quando a frequência média deste nível de ensino é de 10,2% em todo o continente. Ao nível do Distrito, é no Porto onde se encontram mais alunos a frequentar o Ensino Secundário (318 alunos, correspondendo a 48,9% do total de alunos no Secundário). A uma grande distância do Distrito do Porto e muito próximos entre si, aparecem os Distritos de Vila Real (34 alunos, 5,2% do total), Aveiro, Bragança e Lisboa (cada um destes três distritos com 33 alunos, 5,1% do total), Setúbal (32 alunos, 4,9% do total), Braga (27 alunos, 4,1% do total), Faro (26 alunos, 4% do total) e Leiria (22 alunos, 3,4% do total).

No interior dos níveis de ensino, os dados apresentam, com alguma incidência (embora não tenhamos dados comparativos com o universo da comunidade estudantil), uma oferta de educação e formação variada para os alunos das comunidades ciganas. Quase 5% dos alunos das comunidades ciganas que frequenta o Ensino Básico encontra-se em outras ofertas escolares que não o ensino regular, nomeadamente no 2º e 3º ciclos, onde se encontram ofertas como: Cursos artísticos especializados (regime integrado), Cursos de educação e formação (CEF), Percursos curriculares alternativos, Ensino a distância e Ensino individual. Ainda menos negligente é o número de alunos a frequentar o Ensino Secundário em Cursos profissionais: de um total de 651 alunos, 246 alunos frequentam este tipo de oferta. Ou seja, quase 38% do universo dos alunos das comunidades ciganas que frequenta o Ensino Secundário segue Cursos profissionais.

De assinalar que enquanto “outras ofertas” escolares no 2º e 3º ciclos do Ensino Básico tem uma especial incidência na AML (39% dos alunos das comunidades ciganas frequenta um ensino outro que o regular), de entre os alunos que frequentam Cursos profissionais no Ensino Secundário, 61,4% reside na Região Norte.

No que diz respeito ao Ensino Doméstico, do universo dos alunos das comunidades ciganas que frequentam o Ensino Básico e o Ensino Secundário, 0,8% frequenta este tipo de ensino, correspondendo, em termos absolutos, a 174 alunos. A este nível são visíveis diferenças significativas por região: é na AML que se encontra a maioria destes alunos (54,4% dos alunos em Ensino doméstico, correspondendo, em valores absolutos, a 93 alunos), seguida pela Região Centro com 25,3% (44 alunos). Em termos dos diferentes níveis de ensino, nas cinco regiões os valores absolutos são de 31 no 1º ciclo, 102 no 2º ciclo (63,7% dos quais na AML) e 37 no 3º ciclo. O Ensino Secundário apresenta apenas 4 alunos. Assim, ao nível de Distrito, é Lisboa a apresentar o maior número de alunos nos três ciclos do Ensino Básico no Ensino doméstico: 68 alunos, seguido de Setúbal com 34 e do Porto com 21 alunos (este último incluindo um aluno no Ensino doméstico ao nível do Ensino Secundário).

Ainda no que respeita ao Ensino Doméstico, é importante notar as diferenças de género. Assim, do total de 174 alunos das comunidades ciganas que frequentam este tipo de ensino, 133 são raparigas, ou seja, 76,4%. A Região da AML apresenta igualmente uma taxa de feminização idêntica à das cinco regiões: dos 93 alunos, 70 são raparigas, ou seja, 75,3%. Já na Região Centro, a segunda região com mais estudantes em Ensino doméstico (45 alunos), esta taxa de feminização desce para 70,5% (correspondendo a 31 alunas) e, por fim, na Região Norte, com 22 alunos neste tipo de ensino, 86,4% são raparigas (correspondendo a 19 alunas).

ObCig Observações

As diferenças de género na frequência do Ensino Doméstico parecem apontar para a continuidade da subalternidade do género feminino dentro das comunidades ciganas, mantendo assim as raparigas no espaço doméstico, sob vigilância familiar e comunitária, por contraposição com os rapazes.

Quadro 2. N.º total de alunos das comunidades ciganas matriculados em escolas públicas do MEdu, por nível de ensino, anos letivos e sexo

Ano letivo e sexo Níveis de ensino	Feminino 2016/17 (n e % linha)	Masculino 2016/17 (n e % linha)	Total 2016/17	Feminino 2018/19 (n e % linha)	Masculino 2018/19 (n e % linha)	Total 2018/19
	Educação Pré-Escolar	950 (48,8%)	995 (51,1%)	1 945	1 233 (48%)	1 337 (52%)
Ensino Básico	5 247 (48,8%)	5 515 (51,2%)	10 762	10 457 (47,7%)	11 462 (52,3%)	21 919
Ensino Secundário	119 (46,5%)	137 (53,5%)	256	305 (46,9%)	346 (53,1%)	651
Total	6 316 (48,7%)	6 647 (51,3%)	12 963	11 995 (47,7%)	13 145 (52,3%)	25 140

Fonte: DGEEC - Questionário no âmbito da Estratégia Nacional para a Integração das Comunidades Ciganas (2018/19)

DGE - Questionário no âmbito da Estratégia Nacional para a Integração das Comunidades Ciganas (Dados dos alunos matriculados relativos ao início do ano letivo de 2016/17)

Quando se compara, em termos relativos, os anos letivos de 2016/17 e 2018/19, por nível de ensino e por sexo, não se encontram grandes disparidades entre os dois anos letivos (quadro 2). No ano letivo de 2018/19, mantém-se, portanto, uma preponderância masculina em todos os níveis de ensino de cerca de 4 pontos percentuais a mais na frequência da Educação Pré-Escolar (52% de rapazes) e do Ensino Básico (52% de rapazes) e de cerca de 6 pontos percentuais mais de rapazes do que raparigas no Ensino Secundário (53% de rapazes).

Se olharmos atentamente para as diferenças de género na frequência de outros tipos de oferta escolar fora do ensino regular, importa salientar que no 2º ciclo do Ensino Básico a frequência de raparigas em ofertas escolares como Cursos artísticos especializados (regime integrado), CEF, Percursos Curriculares Alternativos, Ensino a distância e Ensino Individual é superior à dos rapazes (237 alunas e 198 alunos). Já nas ofertas escolares fora do ensino regular ao nível do 3º ciclo do Ensino Básico, este dado inverte-se, sendo o número de raparigas inferior ao dos rapazes (352 alunos e 244 alunas). Por fim, salientar que, no que respeita à frequência de Cursos profissionais do Ensino Secundário, o número de rapazes também é superior ao das raparigas (139 alunos e 107 alunas).

2.1. Alunas e alunos matriculados em escolas públicas do MEdu: Educação Pré-Escolar

No ano letivo de 2016/17, 554 alunas (47,4%) e 616 alunos (52,6%), num total de 1 170 alunos das comunidades ciganas, ingressaram no 1.º ano do 1.º ciclo, tendo frequentado Educação Pré-Escolar. Já no ano letivo de 2018/19 a taxa de feminização cresceu ligeiramente para 48,1%, com 695 alunas e 749 alunos, num total de 1 444 alunos, ingressados no 1º ano do 1º ciclo, tendo frequentado Educação Pré-Escolar³.

2.2. Alunas e alunos matriculados em escolas públicas do MEdu: Apoios Socioeconómicos

Do ano letivo de 2016/17 para o ano letivo de 2018/19 registou-se uma redução significativa, de quase 24 pontos percentuais, de alunos das comunidades ciganas matriculados em escolas públicas que beneficiaram de apoios socioeconómicos no escalão A: 76,2% dos alunos matriculados no ano letivo de 2016/17 beneficiavam de apoios socioeconómicos, enquanto no ano letivo de 2018/19 essa taxa reduziu para 52,5% (correspondendo, em termos absolutos, a 11 849 alunos). Também a taxa de alunos que beneficiaram de apoios socioeconómicos no escalão B decresceu de 3,5% no ano letivo de 2016/17 para 2,7% no ano letivo de 2018/19 (correspondendo, em termos absolutos, a 606 alunos). Ou seja, o percentual de alunos matriculados que tiveram direito a apoios socioeconómicos, tanto no escalão A como no B, decresceu substancialmente do ano letivo de 2016/17 para 2018/19, uma diferença percentual de 24,5%.

Do universo de alunos das comunidades ciganas que usufruíram de apoios socioeconómicos no escalão A e B, é na Região Norte que se encontram mais alunos (28,2%), seguida da AML (27,1%), da Região Centro (19,7%), do Alentejo (17,4%) e, por fim, do Algarve (7,5%).

³ Esta secção dá-nos os valores absolutos dos alunos das comunidades ciganas que ingressaram no 1.º ano do 1.º ciclo, tendo frequentado Educação Pré-Escolar, nos dois anos letivos de 2016/17 e 2018/19. Porém, os quadros apresentados não apresentam o total dos alunos que ingressaram no 1.º ano do 1.º ciclo, com ou sem Educação Pré-Escolar, pelo que não é possível inferir a evolução de um ano para o outro.

2.3. Alunas e alunos matriculados em escolas públicas do MEdu: Atividades de Enriquecimento Curricular

Ao nível da frequência de Atividades de Enriquecimento Curricular, o percentual decresceu, passando de 55,5% em 2016/17 para 42,8% em 2018/19, ou seja, uma diferença percentual de 12,7%. Nos dois anos letivos verifica-se uma preponderância masculina, de quase 2 pontos percentuais, em relação à frequência feminina deste tipo de atividades. Pode-se também sublinhar que, em termos de regiões (NUTS II), é na AML onde se encontra um maior percentual de alunos a frequentar este tipo de atividades (29,6%), seguida da Região Norte (27,9%).

ObCig Observações

Tendo o número total de alunos praticamente duplicado, seria de esperar que o respetivo percentual apresentasse um crescimento exponencial, não se tendo efetivamente verificado. Dado que estas crianças, fora dos estabelecimentos de ensino, apresentam maior dificuldade de frequência do tipo de atividades que é oferecido pelas escolas ao nível das Atividades de Enriquecimento Curricular, seria fundamental potenciar a participação neste tipo de atividades através de uma maior articulação escola-família-comunidade.

3. Retenção escolar das alunas e dos alunos matriculados no ano letivo de 2018/19 em escolas públicas do MEdu

A nível das taxas de retenção e desagregando os dados por NUTS II, verifica-se que as Regiões Norte e Centro apresentam uma taxa de alunos com uma retenção substancialmente mais baixa no Ensino Básico (9,4% e 13,5% respetivamente) comparativamente com a AML, o Alentejo e o Algarve (23,6%, 22,5% e 22%, respetivamente). Em contrapartida, no Ensino Secundário os resultados invertem-se para a AML e para o Alentejo, sendo estas as regiões com a taxa mais reduzida de retenção escolar (com 6,5% e 4,2%, respetivamente). Já as Regiões do Algarve e Centro registam as taxas mais elevadas de retenção neste nível de ensino (20% e 18,5%, respetivamente).

Desagregados os dados por Distrito, pode-se constatar algumas assimetrias que vão ao encontro dos resultados acima expostos por NUTS II, mas que permitem com maior acuidade verificar onde existem maiores e menores taxas de retenção face ao total de alunos das comunidades ciganas matriculados. Assim, no Ensino Básico, Portalegre aparece como o Distrito onde se regista mais retenções (30,2%) e Braga como o

Distrito onde se regista menos retenções (4,3%). Já no Ensino Secundário, muitos dos Distritos não apresentam qualquer taxa de retenção escolar, nomeadamente Beja, Évora, Guarda, Portalegre, Setúbal, Viana do Castelo, Vila Real, Viseu. Ao invés, destacam-se os distritos de Leiria, Castelo Branco, Aveiro e Faro com as taxas mais elevadas de retenção (35%, 33,3%, 22% e 20%, respetivamente).

ObCig Observações

As assimetrias são efetivamente mais evidentes quando se procede à desagregação dos dados por Distrito, merecendo essa análise um trabalho de investigação e ação com foco nos Distritos com maior percentual, promovendo a democratização do sucesso escolar.

No que respeita ao género, a disparidade de retenção no ensino básico entre rapazes e raparigas é quase nula, ultrapassando raramente a diferença percentual de 1%. No entanto, no Ensino Secundário, desagregados os dados por NUTS II, podemos constatar taxas de retenção face ao total de alunos das comunidades ciganas matriculados em escolas públicas do MEDu substancialmente mais elevadas para as alunas, nomeadamente na Região Centro (26,5% para as raparigas e 13,8% para os rapazes), na AML (15,4% para as raparigas e zero reprovações para os rapazes) e no Algarve (25% para as raparigas e 15,4% para os rapazes). Em contrapartida, é importante referir que se está a falar em números absolutos muito reduzidos de alunos matriculados no Ensino Secundário com retenção escolar nestas regiões. Assim, na Região Centro há 9 raparigas e 8 rapazes; na AML 3 raparigas e nenhum rapaz; e no Algarve 3 raparigas e 2 rapazes.

ObCig Observações

Estes dados evidenciam que, para além de a diferença percentual entre rapazes e raparigas a frequentar o Ensino Secundário ser de 6,2%, as raparigas abandonam muito mais, importando fazer aqui um trabalho de sensibilização dos pais e das mães para a continuidade do percurso escolar das raparigas.

3.1. Retenção escolar anterior das alunas e dos alunos matriculados no ano letivo de 2018/19 em escolas públicas do MEDu

Do ano letivo de 2016/17 para 2018/19 registou-se uma evolução positiva no total de alunos das comunidades ciganas sem retenção escolar, tanto no Ensino Básico como no Ensino Secundário. Assim, em 2016/17 no Ensino Básico essa taxa era de 51,5%, tendo passado para 62,1% em 2018/19. No Ensino Secundário essa taxa passou de 68,8% para 76,3%, respetivamente. É de salientar que é no 3º ciclo do Ensino Básico que a

diferença percentual entre os dois anos letivos em análise se apresenta como mais significativa, passando de 42% sem retenção escolar para 60,1% no ano mais recente.

A percentagem do total de alunos das comunidades ciganas com uma ou mais que uma retenção decresceu em todos os níveis de ensino. Com uma retenção anterior, em 2016/17 a taxa no Ensino Básico foi de 19,8%, passando para 17,3% em 2018/19, e no Ensino Secundário de 14,5% para 9,4%, respetivamente. Com mais do que uma retenção anterior, em 2016/17 a taxa no Ensino Básico foi de 28,7%, passando para 20,6% em 2018/19, e no Ensino Secundário passou de 16,8% para 14,3%, respetivamente.

É importante assinalar uma assimetria significativa se olharmos os dados desagregados por tipo de ensino. Assim, as taxas de alunos sem retenção anterior são superiores no ensino regular do que em outro tipo de ofertas escolares. No Ensino Básico regular a taxa de alunos sem retenção eleva-se a 64,1%. Porém, a mesma taxa nas ofertas escolares fora do ensino regular decresce para 25,7%. No Ensino Básico Doméstico essa taxa é de 26,5%. Globalmente, no Ensino Secundário essas taxas de alunos sem retenção são superiores, mas ainda com uma diferença significativa entre o Ensino Secundário regular (Cursos científico-humanísticos), com 86,4%, e os Cursos profissionais, cuja taxa de alunos sem retenção é de 60,9%.

ObCig Observações

Para os dados anteriores pode colocar-se como hipótese explicativa o facto de os alunos que enveredam por outras ofertas educativas fora do ensino regular serem alunos com mais dificuldades de aprendizagem e/ou os professores/as apresentarem expectativas mais baixas em relação ao desempenho escolar destes alunos.

Ao nível das regiões (NUTS II), o Norte destaca-se como a região com a taxa mais elevada de alunos das comunidades ciganas sem retenção escolar no Ensino Básico, elevando-se a 76% do total de alunos (correspondendo a 6866 alunos). Inversamente, a AML é a região com a taxa mais baixa de alunos sem retenção no Ensino Básico com 49,8% (correspondendo a 2312). No Ensino Secundário, é o Alentejo que se destaca como a região com uma taxa maior de alunos sem retenção (80,8%, 21 alunos) e o Algarve, com uma distância substancial, com a taxa mais reduzida de alunos sem retenção (53,6%, 15 alunos). De referir ainda que as percentagens de alunos sem retenção a frequentar o ensino secundário são semelhantes no resto das regiões, assim encontramos na região Norte 331 alunos (77%) sem retenção; 79 alunos (77,5%) na região Centro; e 51 alunos (78,5%) na AML.

No que respeita a uma (ou mais) retenção escolar anterior, o Norte apresenta 11,9% de alunos com uma retenção anterior a nível do Ensino Básico, o Centro com 23,5%, a AML com 20,8%, o Alentejo com 17,5% e o Algarve com 25,4%. Com mais de uma retenção anterior, o Norte aparece com uma taxa global de 12,1%, enquanto a AML, o Alentejo e o Algarve apresentam taxas à volta dos 30%: 29,4%, 30% e 31,8%,

respetivamente. No entanto, desagregando por nível de ensino, estas taxas sobem exponencialmente: AML com 45,9% no 2º ciclo e 41,8% no 3º ciclo; Alentejo com 43,3% no 2º ciclo (29,7% no 3º ciclo) e Algarve com 49,6% no 2º ciclo e 42,2% no 3º ciclo, apresentando o Norte as percentagens de 21,2% e 17% para os mesmos níveis de ensino. O 1º ciclo apresenta as percentagens mais baixas de alunos com mais de uma retenção, mas, ainda assim, a merecer a atenção da sociedade e do Ministério da Educação em particular: nas Regiões Norte, 4,7%; Centro, 10,8%; AML, 14,7%; Alentejo, 23,9%; e Algarve 18,8%.

ObCig Observações

É fundamental procurar conhecer e compreender as razões destes níveis tão elevados de retenção por Região, quando se está a falar de percentagens relativas a alunos/as com uma retenção ou mais de uma retenção em anos anteriores. É esse conhecimento, sustentador da ação, que permitirá mitigar o problema e, a médio prazo, torná-lo irrelevante.

Analisando os dados desagregados por Distrito, pode-se constatar algumas assimetrias ainda mais impactantes. Braga é o Distrito que se destaca por ter a percentagem mais elevada de alunos sem retenção escolar no Ensino Básico (89,8%, correspondente a 3675 alunos) e por ser, ao invés, o único Distrito com taxas reduzidas a um dígito nesse nível de ensino, tanto de alunos com uma retenção escolar (4,8%) como com mais que uma retenção (5,4%). Viseu é o Distrito com a taxa de alunos no Ensino Básico sem retenção mais baixa, com apenas 41,7% dos alunos nessa situação (correspondendo a 173 alunos). No Ensino Secundário, Santarém apresenta uma taxa de 100% de alunos sem retenção, embora, em termos absolutos, corresponda apenas a 12 alunos. Em termos absolutos, o Porto, que é o Distrito com mais alunos a frequentar o Ensino Secundário, apresenta uma taxa de 81,1% de alunos sem retenção escolar, de 4,7% com uma retenção e de 14,2% com mais que uma retenção.

Tendo em atenção o género, no Ensino Básico é visível uma ligeira diferença na taxa de alunos sem retenção escolar anterior, com um percentual mais elevado para as raparigas em detrimento dos rapazes (63,7% e 60,7%, respetivamente). Inversamente, os rapazes com uma ou mais retenções neste nível de ensino apresentam taxas ligeiramente mais elevadas do que as raparigas. Desagregando por níveis de ensino no interior do Ensino Básico, verifica-se que é sobretudo no 3º ciclo que as raparigas em relação aos rapazes apresentam taxas mais elevadas de não retenção escolar anterior (62,5% e 57,9%, respetivamente), ainda que nos dois géneros as percentagens de uma retenção anterior (14,3% e 16,8%) e de mais que uma retenção (23,2% e 25,3%) sejam bastante significativas.

Em contrapartida, no Ensino Secundário os rapazes apresentam uma taxa de não retenção escolar anterior ligeiramente mais elevada do que as raparigas (76,6% e 76,1%, respetivamente). A Região Norte é uma exceção nessa preponderância masculina, uma vez que 78,4% das alunas das comunidades ciganas não apresentam qualquer retenção escolar e que essa taxa é de a 75,5% para os rapazes.

4. Aproveitamento escolar das alunas e dos alunos matriculados em escolas públicas do MEdu

As taxas de aproveitamento escolar cresceram exponencialmente entre os anos letivos de 2016/17 e 2018/19, nomeadamente no 1º e 3º ciclos do Ensino Básico, com uma diferença percentual de mais de 20 pontos (Quadro 3). É essencialmente na Região Norte que as taxas de aproveitamento, tanto no Ensino Básico como no Ensino Secundário, cresceram mais de 20 pontos percentuais. Contudo, embora em geral as taxas de aproveitamento tenham aumentado, é de salientar que houve duas exceções no Ensino Secundário: nas Regiões Centro e Alentejo, onde estas taxas se apresentaram negativas do ano letivo de 2016/17 para 2018/19, de -13,8% para -10,9%, respetivamente.

Se analisarmos os dados desagregados por Distritos, nomeadamente os três Distritos com mais alunos das comunidades ciganas matriculados em 2018/19 no Ensino Básico, Braga, Porto e Lisboa, e concomitantemente com mais alunos com aproveitamento, podemos reiterar a informação anterior, cujo aumento da taxa de aproveitamento é significativo entre os dois anos letivos. Assim, nestes três Distritos, o diferencial percentual foi, no Porto, de 27,8% (de 52,2% em 2016/17 para 80% em 2018/19); em Braga de 22,7% (de 71,8% para 94,5%, respetivamente) e em Lisboa de 15,5% (de 61,2% para 45,7%, respetivamente).

Quadro 3. Percentagem de alunos das comunidades ciganas com aproveitamento face ao total de alunos das comunidades ciganas matriculados (1) em escolas públicas do MEdu, por nível de ensino (2016/17 e 2018/19)

Ano letivo / Nível de ensino	2016/17 (%)	2018/19 (%)
1º ciclo	61,6%	84,6%
2º ciclo	49,1%	63,7%
3º ciclo	49,4%	73,7%
Total Ensino Básico	56%	76,4%
Ensino Secundário	64%	75,4%

Fonte: DGEEC - Questionário no âmbito da Estratégia Nacional para a Integração das Comunidades Ciganas (2018/19)

DGE - Questionário no âmbito da Estratégia Nacional para a Integração das Comunidades Ciganas (Dados dos alunos matriculados relativos ao início do ano letivo de 2016/17)

ObCig Observações

Uma hipótese explicativa para este aumento exponencial das taxas de sucesso pode residir no facto de no ano letivo de 2018/19 ter sido implementado o Decreto-Lei 54/2018, relativo à construção de uma Educação Inclusiva e que no seu preâmbulo refere explicitamente “a necessidade de cada escola reconhecer a mais-valia da diversidade dos seus alunos, encontrando formas de lidar com essa diferença, adequando os processos de ensino às características e condições individuais de cada aluno.”

No que respeita a diferenças de género nas taxas de aproveitamento, estas são muito pouco significativas no Ensino Básico entre os dois anos letivos em estudo. Já no Ensino Secundário no ano letivo de 2018/19, à exceção da Região Norte, onde a taxa de aproveitamento é ligeiramente superior para as raparigas em detrimento dos rapazes (83,6% e 81,4%, respetivamente), todas as outras Regiões têm uma taxa de aproveitamento bastante superior para os rapazes: na Região Centro 69% nos rapazes e 44,1% nas raparigas; na AML 77,8% (M) e 46,2% (F); no Alentejo 47,1% (M) e 42,9% (F); e no Algarve 76,9% (M) e 41,7% (F). Em comparação com o ano letivo de 2016/17 esta preponderância masculina nas taxas de aproveitamento apenas se assemelha na AML, onde essa taxa era de 66,7% para os rapazes e 25% para as raparigas nesse ano. No Alentejo a taxa de aproveitamento de rapazes e raparigas inverteu-se completamente de um ano para o outro: no ano de 2016/17 a taxa de aproveitamento das raparigas era de 72,7% e a dos rapazes era de 47,4%.

ObCig Observações

Uma hipótese explicativa para esta diferença significativa de aproveitamento por relação ao género, pode ser o maior absentismo das raparigas por relação aos rapazes. O conhecimento de terreno aponta nesse sentido. No entanto, seria necessário realizar uma recolha de dados por escola para confirmar ou infirmar esta hipótese.

5. Abandono escolar

Atendendo a que o número de alunos cresceu exponencialmente, a taxa de abandono do número total de alunos das comunidades ciganas matriculados parece acompanhar este crescimento, tanto no Ensino Básico (de 5,9% em 2016/17 para 8% em 2018/19) como no Ensino Secundário (de 5,6% em 2016/17 para 11,9% em 2018/19), com a exceção do 3º ciclo do Ensino Básico, que regista um ligeiro decréscimo (8,8% em 2016/17 e 8,6% em 2018/19).

Desagregando por Região, no ano letivo de 2018/19, a Região Norte apresenta a menor taxa global de abandono no Ensino Básico, com 3,3%, e a AML apresenta a taxa de abandono mais elevada, com 15,8%. No Ensino Secundário, é também a Região Norte que regista a taxa de abandono mais reduzida, com 5,7%, e o Alentejo uma taxa de abandono mais elevada, com 50%. Comparado com o ano letivo de 2016/17, no Ensino Básico e no Ensino Secundário, foi apenas na Região Norte que a taxa de abandono apresentou uma redução no ano mais recente (de 5,8% em 2016/17 para 3,3% em 2018/19 no Ensino Básico e de 6,8% para 5,7% no Ensino Secundário, respetivamente). A AML é a Região que apresenta uma maior taxa de abandono nos diferentes graus de ensino e nos dois anos letivos, tendo aumentado no Ensino Básico de 8,9% no ano letivo de 2016/17 para 15,8% no ano letivo de 2018/19 e no Ensino Secundário com um aumento mais ligeiro, mas com taxas elevadas, de 28,6% para 29%, respetivamente.

Na linha dos resultados acima referidos, pode-se constatar que é nos seguintes Distritos onde se verificam taxas de abandono mais elevadas no Ensino Básico (por ordem decrescente): Setúbal (17,8%), Santarém (16,3%), Guarda (16%), Lisboa (14,6%) e Portalegre (13,9%). As taxas de abandono mais reduzidas encontram-se nos Distritos de Braga (1,2%), Coimbra (3,1%), Viana de Castelo (3,4%), Aveiro (3,5%) e Vila Real (4%).

ObCig Observações

Importa, no entanto, saber onde se situam os Agrupamentos onde a taxa de abandono se encontra percentualmente mais elevada por nível de ensino, algo que estes dados não permitem conhecer. Estes dados dão-nos apenas o percentual global de abandono por nível de ensino por Região e Distritos.

No que diz respeito ao género, as taxas de abandono são superiores nas raparigas em todos os níveis de ensino, quer no ano letivo de 2016/17, quer no ano letivo de 2018/19. Neste cenário, no ano letivo de 2018/19, existem duas exceções se desagregarmos os dados por Região (NUTS II), embora não significativas: uma no Ensino Básico, cuja taxa no Alentejo é ligeiramente menor para as raparigas em detrimento dos rapazes (9,1% para 9,2%, respetivamente), e a outra no Ensino Secundário, na Região Norte, onde a taxa de abandono das raparigas é de 5,3% e a dos rapazes é de 6%. Em todas as outras regiões o diferencial inverte-se, apresentando neste último nível de ensino uma diferença significativa: na Região Centro 29,4% e 17,2%; na AML, 38,5% e 22,2%; no Alentejo, 57,1% e 47,1%; e, no Algarve, 33,3% e 7,7% (embora os números absolutos sejam muito baixos nas três últimas regiões).

6. Alunas e alunos transferidos

A taxa do número total de alunos das comunidades ciganas transferidos no Ensino Básico foi de 6,9% e no Ensino Secundário de 11,2%. Se no Ensino Básico essa taxa não foi muito diferente entre o ano letivo de 2016/17 e 2018/19 (6,2% e 6,9%, respetivamente), no Ensino Secundário houve um aumento substancial de alunos transferidos entre os dois anos letivos (de 2,3% para 11,2%).

No ano letivo de 2018/19, destaca-se especialmente a Região do Alentejo, onde a taxa de transferidos é de 11,5%, e a AML com 52,3% de alunos transferidos, uma taxa que se encontra distante de todas as outras regiões.

ObCig - Observações finais sobre a escolarização das crianças e jovens ciganos

Os dados são animadores relativamente ao número total apurado e às taxas de aproveitamento globalmente consideradas, revelando, no entanto, assimetrias significativas por Região a nível do abandono escolar e das taxas de retenção. As raparigas são também aquelas que continuam a apresentar taxas de abandono sistematicamente mais elevadas. No que diz respeito à evolução da frequência pelos diferentes níveis de ensino, o “funil” continua também muito forte, com o Ensino Secundário persistentemente a apresentar uma taxa de frequência muito baixa. Estes resultados são aqueles sobre os quais importa trabalhar, realizando investigação no sentido de melhorar os resultados de frequência, abandono e sucesso escolares, bem como minorar as suas consequências.

7. Comparando dados absolutos da população cigana com o número de alunas e alunos, por NUTS II e por Distrito

No final desta análise dos dados de escolarização recolhidos pela DGEEC, importa realizar uma reflexão concernente ao número total de alunos a frequentar o ensino público (25 140) e ao número total de pessoas ciganas a que se chegou com o questionário aplicado aos Municípios no âmbito do *Estudo Nacional sobre as Comunidades Ciganas*⁴ (estimativa de 24 210 indivíduos; resposta de 149 Municípios) e do *Aprofundamento do Estudo Nacional sobre as Comunidades Ciganas*⁵ (estimativa de 37 089 indivíduos; resposta de 308 Municípios), distribuídos da seguinte forma em função das NUT II (Quadro 4):

Quadro 4. N.º de pessoas ciganas residentes, segundo o Inquérito aplicado aos Municípios⁶ (dados de 2014, 2015 e 2016), e n.º total de alunos/as ciganos/as matriculados/as em escolas públicas do MEdu (ano letivo 2018/2019), por NUTS II

NUT II	Pessoas ciganas residentes (n)	Alunos/as matriculados/as em escolas públicas (n)
Alentejo	6 921	3 753
Algarve	2 614	1 184
Área Metropolitana de Lisboa	9 051	5 302
Centro	9 089	4 778
Norte	9 315	10 123
Região Autónoma dos Açores	40	-
Região Autónoma da Madeira	59	-
Total	37 089	25 140

Fonte: DGEEC - Questionário no âmbito da Estratégia Nacional para a Integração das Comunidades Ciganas (2018/19) e ObCig: Inquérito aplicado aos Municípios (dados de 2014, 2015 e 2016)

⁴ Mendes, Manuela, Magano, Olga e Candeias, Pedro (2014). *Estudo Nacional sobre as Comunidades Ciganas*. Lisboa: Alto Comissariado para as Migrações, I.P. Estudos OBCIG, n.º 1.

⁵ Sousa, Carlos (Coord.) e Moreira, Liliana (2016). *Aprofundamento do Estudo Nacional sobre as Comunidades Ciganas* (Relatório). Observatório das Comunidades Ciganas.

⁶ Sousa, Carlos (Coord.) e Moreira, Liliana (2016). *Aprofundamento do Estudo Nacional sobre as Comunidades Ciganas* (Relatório). Observatório das Comunidades Ciganas.

Como se pode verificar no quadro anterior, é na Região Norte que os valores obtidos apresentam uma inversão a evidenciar uma incorreta coleta de dados, com o número total de pessoas ciganas a situar-se nos 9315 e o número total de alunos a frequentar o ensino obrigatório a situar-se nos 10123.

Realizando essa análise por Distrito (Quadro 5), podemos observar que os valores relativos aos Distritos de Braga e Porto estão em consonância com os valores obtidos na Região Norte, apresentando a mesma incoerência:

Quadro 5. N.º de pessoas ciganas residentes, segundo o Inquérito aplicado aos Municípios (dados de 2014, 2015 e 2016), e n.º total de alunos/as ciganos/as matriculados/as em escolas públicas do MEdu (ano letivo 2018/2019), por Distrito

Distrito	Pessoas ciganas residentes (n)	Alunos/as matriculados/as em escolas públicas (n)
Açores	40	-
Aveiro	2 654	1 948
Beja	2 418	1 748
Braga	1 836	4 257
Bragança	1 467	579
Castelo Branco	1 621	692
Coimbra	910	450
Évora	1 391	563
Faro	2 614	1 184
Guarda	1 227	544
Leiria	1 245	553
Lisboa	5 950	3 705
Madeira	59	-
Portalegre	1 587	614
Porto	3 304	3 912
Santarém	1 905	1 012
Setúbal	3 687	1 874
Viana do Castelo	680	222
Vila Real	895	745
Viseu	1 599	538
Total	37 089	25 140

Fonte: DGEEC - Questionário no âmbito da Estratégia Nacional para a Integração das Comunidades Ciganas (2018/19); ObCig: Inquérito aplicado aos Municípios (dados de 2014, 2015 e 2016)

Os dados disponibilizados pela DGEEC levam a uma conclusão preliminar: se existem 25 126 crianças e jovens inscritos na Educação Pré-escolar e no ensino obrigatório, o número total de população cigana terá

de ser bastante superior ao número a que se chegou com a aplicação de questionário aos municípios e respondido nos anos de 2014/15/16: 37 089. A um número aproximado (estimativa de 37 346 pessoas ciganas) chegou também o IHRU em 2016⁷.

Neste sentido, o ObCig prevê uma nova recolha de dados através da aplicação de um questionário aos municípios, esperando-se novos dados preliminares para o final de 2022, início de 2023.

⁷ Ferreira, Teresa Leal (Coord.) (2016). *Caracterização das Condições de Habitação das Comunidades Ciganas Residentes em Portugal*. Lisboa: Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana.

Bibliografia

- Casa-Nova, Maria José (2018). “Formar um povo ou educar uma elite?” *Newsletter OBCIG*, julho de 2018, pp. 1-5. https://www.obcig.acm.gov.pt/documents/58622/209362/Newsletter_OBCIG_julho_2018.pdf/c7bf6eff-7006-4d4e-b7f0-26b19e44ab5b
- Direção-Geral da Educação. *Perfil Escolar da Comunidade Cigana 2016/17*. [https://www.dgeec.mec.pt/np4/97/%7B\\$clientServletPath%7D/?newsId=147&file-Name=DGEEC_Perfil_Escolar_da_Comunidade_Cigan1.xlsx](https://www.dgeec.mec.pt/np4/97/%7B$clientServletPath%7D/?newsId=147&file-Name=DGEEC_Perfil_Escolar_da_Comunidade_Cigan1.xlsx)
- Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência. *Perfil Escolar da Comunidade Cigana 2018/19*. [https://www.dgeec.mec.pt/np4/97/%7B\\$clientServletPath%7D/?newsId=147&file-Name=DGEEC_Perfil_Escolar_das_Comunidades_Cig1.ods](https://www.dgeec.mec.pt/np4/97/%7B$clientServletPath%7D/?newsId=147&file-Name=DGEEC_Perfil_Escolar_das_Comunidades_Cig1.ods)
- Ferreira, Teresa Leal (Coord.) (2016). *Caracterização das Condições de Habitação das Comunidades Ciganas Residentes em Portugal*. Lisboa: Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana. https://www.portaldahabitacao.pt/documents/20126/58203/caraterizacao_condicoes_habitacao.pdf/43b00c61-59e6-2adf-1d0a-959445ce1068?t=1549879128711
- Mendes, Manuela, Magano, Olga e Candeias, Pedro (2014). Estudo Nacional sobre as Comunidades Ciganas. Lisboa: Alto Comissariado para as Migrações, I.P. Estudos OBCIG, n.º 1. <https://www.obcig.acm.gov.pt/documents/58622/201011/estudonacionalsobreascomunidadesciganas.pdf/89b05f10-9d1f-447b-af72-dac9419df91b>
- Sousa, Carlos (Coord.) e Moreira, Liliana (2016). Aprofundamento do Estudo Nacional sobre as Comunidades Ciganas (Relatório). Observatório das Comunidades Ciganas.

**OBCIG**

Observatório das Comunidades Ciganas

O Observatório das Comunidades Ciganas (ObCig) foi criado em 2014 em resposta à necessidade de promover a integração das comunidades ciganas evocada na Estratégia Nacional para a Integração das Comunidades Ciganas (ENICC), sendo parte integrante da mesma para a prossecução dos seus objetivos. A missão do ObCig consiste no estudo e acompanhamento estratégico e científico da população cigana em Portugal e no apoio ao Alto Comissariado para as Migrações (ACM), I.P., nomeadamente no que diz respeito à melhoria do conhecimento da situação das pessoas ciganas e à produção de recomendações para a conceção de políticas públicas, contribuindo para a desconstrução de estereótipos, a construção de igualdade de oportunidades e o acesso a Direitos Humanos fundamentais.

Série	ObCig Fact Sheets 3
Título	Perfil Escolar das Comunidades Ciganas 2018/19: Análise de dados
Autor(a)	Maria José Casa-Nova, Inês Aydin e Liliana Moreira
Editor	Observatório das Comunidades Ciganas, ACM, I.P.
Data	Junho de 2022
ISSN	2795-4528 (online)
URI	https://bit.ly/3mUE3Dl

Como citar: Casa-Nova, Maria José, Aydin, Inês, e Moreira, Liliana (2022), “Perfil Escolar das Comunidades Ciganas 2018/19: Análise de dados”, *ObCig Fact Sheets 3*, Observatório das Comunidades Ciganas, ACM, I.P.